

Linhas de crédito para o programa ABC: Banco da Amazônia e Banco do Brasil.
Pessoal envolvido, docentes: Arystides Resende Silva (EMBRAPA); Dalton Francisco Catto (Banco do Brasil); Edson Reis (Banco da Amazônia); Eduardo Maklouf Carvalho (EMBRAPA); José Antonio Koury Alves (UFRA); Leandro Dias Ferreira (Banco do Brasil); Luiz Pinto de Oliveira (SEDAP); Marta Parry de Castro (SFA / PA / MAPA); Maurício Kadooka Shimizu (EMBRAPA); Michinori Konagano (CAMTA); Moacir Dias-Filho (EMBRAPA); Murilo da Costa Leal - Especialista (Banco da Amazônia); Osvaldo Riohey Kato (EMBRAPA); e Vicente de Paula Moraes (CAMTA).
Parceiros: BASA; BANCO DO BRASIL; CAMTA; CEPLAC; EMATER-PARÁ; EMBRAPA; REGIONAL SEDAP PARAGOMINAS; REGIONAL SEDAP SANTARÉM; SENAR; e UFRA.

Coordenação do curso: Eliana Zacca, Secretária Adjunta da SEDAP; Luiz Pinto de Oliveira, Diretor da DIAFAM-SEDAP; Heloisa Helena B. de Figueiredo, Engº Agrº DIAFAM-SEDAP; Ivanize dos Santos Carvalho, Engº Agrº DIAFAM- SEDAP; Iracema do Socorro Ramalho, Apoio Administrativo; e Nilma Borges, Estagiária DIAFAM-SEDAP.

4.2. SEGUNDA FASE (2020 - 2030)

4.2.1. Revisão do Plano ABC

O Plano ABC Pará foi elaborado, mas não foi oficialmente publicado por meio de instrumentos normativos, o que comprometeu sua institucionalização. Verificou-se uma baixa adoção de suas diretrizes em políticas públicas consolidadas, embora existam projetos e programas relevantes no âmbito do Governo do Estado – inclusive ações da própria SEDAP – voltados para o fomento de tecnologias e medidas previstas no Plano. Tais iniciativas, contudo, ocorreram de forma fragmentada e sem articulação intersetorial, revelando desafios significativos para a governança e a coordenação efetiva do Plano. O Grupo Gestor Estadual (GGE-PA) também demandou reorganização e oficialização, processo concretizado pela publicação da Portaria nº 237/2022, que atualizou suas instituições integrantes e respectivos representantes.

A ausência de registros sistemáticos das atividades do CGE-PA e de um mecanismo de monitoramento do Plano (ações e metas) comprometeu a quantificação das iniciativas realizadas e a análise do cumprimento das metas estabelecidas, dificultando a elaboração de um diagnóstico preciso. Apesar dessas limitações, foi possível realizar uma avaliação comparativa entre as propostas do Plano e os resultados alcançados pelo Estado, com base em dados oficiais disponíveis para consulta pública. Conforme Tabela 4:

Tabela 4 - Reorganização e estruturação das metas.

Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)	a meta estipulada para o período 2012-2020 era ampliar a atividade em 130.000 hectares. De acordo com dados da Rede ILPF, constatou-se uma evolução de 222.237 hectares na área de ILPF entre 2015 e 2021. Atualmente, a área de pastagem degradada no estado é de 649.615 hectares, o que corresponde a 3,7% do total brasileiro (17,4 milhões de ha - LAPIG, 2019).
Sistemas Agroflorestais (SAF)	a meta do Plano ABC Pará 2012-2020 consistia em ampliar os cultivos consorciados em 250.000 hectares. Contudo, segundo dados do Censo Agropecuário (2017), as áreas com SAF no Pará sofreram uma redução de 60.173 hectares entre 2006 e 2017, mantendo-se em 532.424 hectares em 2017. Não há dados oficiais posteriores a esse período, anterior à criação do Programa Territórios Sustentáveis – cujos objetivos concentram-se na recuperação de áreas degradadas por meio da implementação de SAF. Em 2017, a participação da área de SAF do Pará em relação ao Brasil era de 3,8%.
Sistemas de Plantio Direto (SPD)	a meta do período 2012-2020 previa um acréscimo de 50.000 hectares. Entre 2006 e 2017, as áreas de SPD no Pará passaram de 246.312 hectares (IBGE, 2017) para 294.061 hectares em 2017, o que representava 0,88% do total brasileiro naquele ano.
Florestas Plantadas (FP)	a meta do Plano ABC Pará era ampliar a atividade em 250.000 hectares entre 2012 e 2020. A evolução da área de FP de 2013 a 2020 resultou em uma ampliação de 173.895 hectares, totalizando 213.030 hectares no estado (2,21% do total brasileiro - IBGE, 2021).

Os demais Sistemas de Produção Sustentáveis foram definidos apenas na nova fase do plano (Plano ABC+), razão pela qual não houve metas estabelecidas na fase anterior para: Sistemas Irrigados (SI), Sistema de Plantio Direto de Hortalças (SPDH) e Terminação Intensiva (TI).

Analisando-se a evolução da área irrigada no Pará (2006-2021), constatou-se um incremento de 25.333 hectares, totalizando 54.850 ha em 2021 (ANA, 2021). Quanto aos SPDH, registrou-se uma redução de 96.363 hectares entre 2006 e 2017. Em 2017, as áreas de hortalças no estado totalizavam 49.995 hectares (3,2% do Brasil - IBGE, 2017) – dado anterior à criação do Projeto Quintal Produtivo, que visa fortalecer cadeias produtivas de horticultura e fruticultura com base em agroecologia, produção orgânica e sociobiodiversidade.

Na Terminação Intensiva (TI), houve um aumento de 11.563 cabeças de gado entre 2013 e 2021. Em 2021, o efetivo em TI era de 43.639 cabeças, enquanto o abate atingiu 2.630.534 cabeças (ANUALPEC, 2022). Essa participação estadual no setor representava apenas 0,8% do total nacional – patamar ainda pouco expressivo.

As ações do Plano ABC-PA estruturaram-se em sete tecnologias: (i) Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD); (ii) ILPF; (iii) SPD; (iv) Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); (v) FP; (vi) Tratamento de Dejetos Animais (TDA); e (vii) Produção Orgânica, além de ações transversais. Vale destacar que a Produção Orgânica, embora não integrante do Plano ABC Nacional, foi incorporada na fase inicial do plano estadual.

4.2.2. Fase preparatória

A portaria de composição do Comitê Gestor Estadual (CGE)-, referente à primeira fase do Plano ABC Pará, foi utilizada como base para recompor o atual CGE e mobilizar as instituições para retomada dos trabalhos. Definiu-se cronograma de encontros do Comitê Gestor. Ao todo, foram realizadas nove reuniões preparatórias para: i) avaliar o Plano ABC+ Federal; ii) ponderar as políticas estaduais e suas conexões com o futuro ABC+ do Pará; iii) definir passos do processo de revisão do ABC+ estadual; iv) apreender as expectativas e novas contribuições dos integrantes do CGE vigente diante da revisão do Plano ABC e produção do Plano ABC+ do estado do Pará; e v) colher sugestões sobre as ações necessárias.

4.2.3. Fase de Elaboração

Os Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC) definidos para o Plano ABC+ PA foram: Sistemas Agroflorestais (SAF), Terminação Intensiva (TI), Práticas de Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD), Sistemas Integrados (SIN), Floresta Plantada (FP), Sistema de Plantio Direto (SPD), Sistema de Irrigação (SI) e Bioinsumos (BI). Foram realizadas cinco oficinas para debater cada uma dos SPSABC selecionados pelo CGE estadual. Na fase atual, o Estado também vem estimulando a produção de orgânicos e o plantio direto de hortalças (todavia, em função de fatores como: a vocação agrícola, o clima e o atual estágio de indicadores oficiais relativos à execução das duas atividades no Pará; decidiu-se por não as incorporar, por enquanto, nas metas do ABC+).

As oficinas foram divididas de acordo com cada SPSABC definido. A Tabela 5 apresenta as entidades convidadas a participarem das reuniões.

Tabela 5 - Oficinas realizadas para definição de metas e SPSABC.

Bioinsumos e resíduos animais	SFA, SEDAP (GEFRUT, DAFA, COPAN e NUPLAN), EMBRAPA, EMATER, UFRA, UFOPA, UNIFESPA, SEDEME, ADEPARÁ, FAEPA e SEMAS
SAFs e Florestas Plantadas	SFA, SEDAP (NUPLAN, PROCACAU, TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS, GEFRUT), EMBRAPA, TNC, SOLIDARIEDAD, IDEFLOR-Bio, CEPLAC, AGENTES FINANCEIROS (BANCO DO BRASIL E BANCO DA AMAZÔNIA S.A.), SEMAS, ICRAF/BRASIL - CENTRO INTERNACIONAL DE PESQUISA AGROFLORESTAL, UNIFESPA, EMATER
Terminação Intensiva, Pastagens degradadas e ILPF	ADEPARÁ, EMBRAPA, FAEPA, EMATER, SEDAP (COPAN e NUPLAN) e AGENTES FINANCEIROS (BANCO DO BRASIL e BANCO DA AMAZÔNIA S.A.)
Plantio direto de grãos	SFA, SEDAP (NUPLAN), EMBRAPA, AGENTES FINANCEIROS (BANCO DO BRASIL e BANCO DA AMAZÔNIA S.A.), SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE PARAGOMINAS, FAEPA e SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE PARAGOMINAS.

Houveram nesse período 8 reuniões (setembro de 2022 a outubro de 2023) e seis oficinas do GGE (24 a 26 de outubro 2023), para definição das metas, as datas: 09/05/2022.

4.2.4. Fase de Consolidação

Ao final da elaboração do Plano ABC+ Pará, implementaram-se aprimoramentos na governança e capacidade técnica do Grupo Gestor Estadual (GGE). Incluiu-se a possibilidade de criação de Câmaras Técnicas (CTs) vinculadas, concebidas para agilizar e aprofundar ações em temas específicos do Plano. Essas CTs serão constituídas sob demanda, mediante deliberação do CGE sobre a relevância de abordar determinadas questões com maior especialização. A proposta foi aprovada por consenso na reunião do GGE em 28 de junho de 2023.

Outro avanço institucional foi a criação da Câmara Técnica de Gênero e Diversidades, aprovada na mesma data. Seu objetivo é propor diretrizes para ações que atendam às necessidades Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidade tradicionais (PIQCTS's), além da estrutura de gênero de produtores vinculados à sociobiodiversidade, e questões geracionais inerentes a esses grupos. Após a aprovação, a SEDAP recebeu contribuições do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Grupo de Políticas Públicas da Esalq/USP, que subsidiaram a inclusão do tema no corpo do Plano. As incorporações foram validadas com sugestões na reunião do GGE de 24 de outubro de 2023.

Adicionalmente, atualizou-se a composição do GGE mediante a inclusão de novas Secretarias de Estado e organizações da sociedade civil alinhadas às temáticas do Plano. Essa reestruturação foi formalizada pela Portaria SEDAP nº 249/2023, que reformulou o grupo originalmente definido pelas Portarias nº 35/2015 e nº 237/2022, para acompanhamento do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2020-2030 (Plano ABC+ Pará).

A versão preliminar do Plano ABC+ Pará foi elaborada após processo participativo que incluiu: reuniões ordinárias e extraordinárias do CGE, consultas via formulários e oficinas temáticas. O documento foi subsequentemente apresentado, discutido e aprovado em reunião deliberativa do GGE vigente.